

**A VALORAÇÃO DA PAISAGEM DA CHAPADA DIAMANTINA:
UMA ANÁLISE DO ESPAÇO CONCEBIDO, VIVIDO E PERCEBIDO.**

*A VALORACIÓN DE PAISAJE CHAPADA DIAMANTINA: UN ANÁLISIS
DE LA AREA DESARROLLADOS, EXPERIMENTAN Y PERCIBEN*

*VALUATION OF THE LANDSCAPE OF THE CHAPADA DIAMANTINA:
AN ANALYSIS OF SPACE DESIGNED, EXPERIENCED AND
PERCEIVED*

Delza Rodrigues de Carvalho

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe-UFS
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia
Campus São Cristovão, Rosa Elze, CEP 49000-000 - São Cristovão, SE
delrocar@hotmail.com

Maria Geralda de Almeida

Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe-UFS
Professora Doutora do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da UFG
mgdealmeida@gmail.com

Resumo

O método de avaliação ambiental, denominado “Método de Contingência”, contribui para valoração da paisagem centrada no espaço e no sujeito. A partir da valoração da paisagem pode-se obter informações que demonstrem ou não a necessidade de conservar determinadas áreas municipais e, ao mesmo tempo, efetuar um planejamento de políticas públicas para ocupação de áreas que causem menos impacto ao ambiente natural. Essa análise foi feita à luz do valor de uso dos moradores de Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí, Ibicoara -Bahia e turistas, associados aos sujeitos que efetivamente exercem poder - comerciantes locais e empresários do turismo. Como referencial teórico incorporou-se as abordagens de produção espacial de Lefebvre, nas quais ele define que o espaço é produzido na dimensão do concebido, percebido e vivido, associadas à DAP¹ pela conservação da paisagem. A partir dos questionários aplicados, constatou-se a dificuldade em induzir os indivíduos a revelarem sua verdadeira disposição de pagar pelo patrimônio ambiental, frente à questão e à possibilidade de aproveitamento coletivo advindo da conservação ambiental.

¹ Disposição a Pagar

Palavras-Chave: Valoração econômica; Método de Contingência; espaço (concebido, percebido e vivido).

Resumen

El método de evaluación ambiental, denominado "Método de Contingência" contribuye a la valoración del paisaje centrado en el espacio y tema. De la valoración del paisaje se puede obtener información que demuestre o no la necesidad de mantener ciertas áreas municipales y al mismo tiempo, hacer una planificación de políticas públicas para la ocupación de las zonas que causen el menor impacto al medio ambiente natural. Este análisis se hizo teniendo en cuenta el valor de uso de los residentes de nuestra ciudad, Mucugê, Palmeiras, Andaraí, los turistas Ibicoara, Bahia y temas asociados a ejercer de manera efectiva el poder - los comerciantes locales y pequeños empresarios. La discusión teórica se ha incorporado los planteamientos de espacio de producción de Lefebvre, en el que define el espacio que se produce en el tamaño de la concepción, percepción y experiencia relacionados con la DAP para la conservación del paisaje. De los cuestionarios, es la dificultad de inducir a los individuos a revelar su verdadera disposición a pagar por los bienes ambientales, en comparación con la cuestión y la posibilidad de aprovechar la situación colectiva debido a la conservación del medio ambiente.

Palabras-Clave: La valoración económica; método de contingencia, el espacio (concebida, percibida y vivida).

Abstract

The method of environmental assessment, called "Method of contingency," contributes to the landscape valuation centered in space and subject. From the valuation of the landscape may be more information to show whether or not the need to retain certain municipal areas and at the same time, make a plan for occupation of public policies in areas that cause less impact to the natural environment. This analysis was done in light of the value of use of the residents of sheets, Mucugê, Palmeiras, Andaraí, Ibicoara-Bahia and tourists, linked to individuals who actually exercise power - local merchants and business tourism. As theoretical reference is incorporated the approaches of production space of Lefebvre in which he defines that space is produced in the size of the designed, lived and perceived, associated with the DAP for the conservation of the landscape. From the questionnaires applied, it was difficult to induce individuals to reveal their true willingness to pay for environmental assets, at the issue and the possibility of exploitation that comes from the collective environmental conservation.

KeyWords: economic valuation; method Contingency; space (conceived, perceived and lived).

Introdução

O presente artigo discute sobre a importância do Método de avaliação ambiental denominado, “Método de Contingência-MVC”, a partir da valoração da paisagem da Chapada Diamantina centrada no sujeito, para percepção geográfica do espaço concebido, vivido e percebido, associado de forma complementar a análise do espaço, numa perspectiva de decomposição e recomposição da totalidade, no viés sincrônico e diacrônico.

A necessidade de realizar estudos de valoração econômica de impactos ambientais se originou da inadequação dos métodos tradicionais de avaliação de projetos ambientais, os quais não consideram a proteção do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Assim, o meio ambiente sofre os efeitos do interesse metabólico do capital que diminui o tempo de vida útil dos objetos (usos) priorizando a aceleração da troca dos objetos, que tendem ser supérfluos e descartáveis pelo uso indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais.

Neste sentido, percebe-se que existe uma divergência entre a dinâmica da natureza comparada à dinâmica dos interesses capitalistas, quando oferecem os serviços turísticos na Chapada Diamantina. Esses interesses contraditórios justificam a utilização do meio ambiente tanto como uma fonte infinita de recursos para a produção de serviços, quanto para a absorção de externalidades oriundas da atividade turística.

No esforço de estimar preços para os recursos ambientais e, dessa forma, fornecer subsídios técnicos para sua exploração racional, insere-se os métodos ou técnicas de valoração econômica ambiental. Os métodos constituem-se em tentativas de corrigir as tendências negativas do mercado. Esses se fundamentam na teoria neoclássica do bem-estar, que postula o princípio da soberania do consumidor no processo da tomada de decisão do consumo, a partir de suas preferências individuais, ordenando-as de acordo com a utilidade dos bens e serviços.

Os métodos de valoração econômica ambiental têm sido paulatinamente incorporados nos processos decisórios relativos à definição de políticas, programas e projetos de investimentos nos padrões ambientais. Dessa forma, os estudos podem apresentar soluções práticas aos problemas de ocupação de territórios, planejamento ambiental e valoração de paisagem para conservação e proteção de áreas naturais. A

partir da valoração da paisagem podem-se obter informações que demonstram ou não a necessidade de conservar determinadas áreas do município e, ao mesmo tempo, um planejamento para ocupação de áreas que causem menos impacto ao ambiente natural.

Nesse artigo, o objetivo principal se consolida por meio da valoração da paisagem, à luz do valor de uso dos moradores² e turistas, associados aos sujeitos que efetivamente exercem poder - comerciantes locais empresários do turismo³ e instituições como o IBAMA-. São eles que de fato controlam os espaços da Chapada Diamantina, vinculando as representações do espaço ao percebido, concebido e vivido.

Com esse procedimento procura-se entender as razões que desencadeiam os conflitos existentes entre as instituições, as empresas e os mais diversos agentes sociais, quando desenvolvem suas próprias estratégias de apropriação do território, suas territorialidades, frequentemente justapostas em termos de organização e de produção do espaço social.

Face às questões que se apresentam com relação à temática fez-se o seguinte questionamento: Em que medida, existe múltiplas dimensões de espaço na Chapada Diamantina, a partir do cotidiano/não cotidiano dos grupos e/ou classes sociais - moradores locais, turistas, empresários, comerciantes e instituições - vinculando as representações do espaço ao concebido, percebido e vivido?

Para auxiliar o desenvolvimento da investigação, acima mencionada, foi formulada a hipótese de que o uso e a apropriação dos espaços pelos indivíduos representados por turistas, empresários do turismo, relacionados aos espaços públicos dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, têm uma lógica contrária à percepção e vivência, porém, favorável à materialização do espaço concebido.

Nesse aspecto, a materialização do espaço concebido obedece à lógica da troca do mercado monitorado pelo interesse da classe dominante do capital. Entende-se que a apropriação do espaço pelos moradores locais dos municípios ocorre no plano da vida cotidiana, do vivido, por isso, entra em conflito com os grupos que atuam no espaço como forma de reproduzir o capital, o concebido.

Em atendimento a problemática e aos objetivos propostos na pesquisa, inicialmente, é apresentada a caracterização da área de estudo, os aspectos

² Dos municípios de Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara-Bahia

³ donos de hotéis e agências de turismo

metodológicos da pesquisa e uma revisão bibliográfica do Método de Valoração Contingente (MVC) para mensuração do valor ambiental. Em seguida, discute-se sobre o método de valoração da paisagem centrada no espaço, associada à análise centrada no sujeito (MVC), para estimar a disposição a pagar pela conservação/preservação dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina. Por fim, as considerações finais, e retoma a validação definida na hipótese respaldada nos resultados obtidos com o referencial teórico.

Delimitação espacial e aspectos metodológicos da pesquisa

A área de estudo abrange os municípios de Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara. Para compreender as singularidades do valor ambiental, buscou-se a fundamentação bibliográfica respaldada em diversos autores, como também, a opinião dos diferentes atores sociais. Para tanto, na pesquisa, aplicou-se a técnica intitulada Método de Valoração Contingente - MVC, devido ao fato de sua metodologia basear-se na criação de um mercado hipotético de produtos e serviços ambientais.

O questionário foi composto de características socioeconômicas dos usuários; a análise de risco ambiental – conflitos de uso; o comportamento do usuário em relação ao ativo natural; o ponto de vista do usuário em relação ao Parque e, por último, a Disposição a Pagar - DAP do usuário.

Em relação ao DAP, foi constituído de perguntas estruturadas, no formato dicotômico, na forma de referendun e envolveu uma escolha do entrevistado para responder, (Sim / Não). Essa foi à forma de obtenção do valor previamente definido inclusive, sendo o valor proposto veiculando ao pagamento na conta telefônica.

A pesquisa de campo ocorreu durante o mês de janeiro/2009, época de férias escolares e verão. Foram aplicados questionários, acompanhados da apresentação de um caderno de fotografias, que demonstraram o estado atual de conservação e o que deverá ser feito para a recuperação dos patrimônios. O caderno de fotografia refere-se ao Parque Nacional da Chapada Diamantina, dos recursos sócio-culturais referente à riqueza arquitetônica das cidades históricas de estilo neoclássico e do neo-Gótico de prédios históricos de Lençóis, Andaraí, Mucugê, Lençóis e Palmeiras, bem como, a vegetação exótica, quedas d'água, cavernas, e ruínas de antigos povoados.

Método de Valoração Contingente (mvc)

Os métodos de valoração econômica ambiental são instrumentos analíticos que contribuem para uma técnica de avaliação de projetos mais abrangente: a conhecida análise custo-benefício (ACB), cuja concepção teórica está baseada na teoria econômica neoclássica, que enfatiza a filosofia individual e a soberania do consumidor. Não existe uma classificação universalmente aceita sobre as técnicas de valoração econômica ambiental, o que justifica destacar a contribuição metodológica dos teóricos Hanley e Spash (1993) no desenvolvimento do método denominado Método de Valoração Contingente (MVC), que se baseia na teoria da utilidade do consumidor.⁴

A ideia básica do MVC é que as pessoas têm diferentes graus de preferência ou gostos por diferentes bens ou serviços e isso se manifesta quando elas vão ao mercado e pagam quantias específicas por eles. Este método de valoração permite que se estime o valor econômico de bens e serviços, inclusive, constitui-se no único método disponível capaz de captar valor de não-uso. Os diversos organismos governamentais consideram o MVC como subsídio para as decisões e fundamentação das políticas públicas ambientais. Tem sido utilizado para obter a estimativa de benefícios econômicos e a viabilidade de projetos desenvolvidos por agentes financeiros internacionais, a exemplo do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

No Brasil, a utilização do MVC é recente. Assim, destacam-se os trabalhos de alguns autores que já aplicaram o MVC em ativos naturais – Dubeux (1999) faz uma análise crítica dos procedimentos metodológicos utilizados na análise de viabilidade econômica do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), especificamente em relação à utilização de técnicas de valoração econômica dos benefícios ambientais, Ferreira (2000) aplica o modelo de avaliação de contingente, no Parque Nacional do Iguaçu, numa perspectiva de valor de uso recreativo, Santana, (2003) utiliza-se do método, enquanto, ferramenta de gestão do Parque Nacional de Jaú, Mota (2000) faz a valoração de ativos ambientais do Parque Nacional Água Mineral, localizado em Brasília, como subsídio a decisão pública. Tafner, Lobão, Carvalho, Borger, (2003) estima os valores médio e mediano que os indivíduos, representados por chefes de

⁴ estima as mudanças de bem-estar em termos monetários associando as mudanças do nível de preços com as mudanças nas quantidades consumidas.

famílias, estariam dispostos a pagar (DAP) pela recuperação do patrimônio histórico nacional, especificamente, pela recuperação e preservação de prédios/edifícios selecionados, ruas e outras infra-estruturas dentro de centros históricos em três representativos municípios brasileiros, Campinas - SP, Fortaleza – CE e Niterói – RJ.

Resultados e discussões

O método de valoração da paisagem tem sua discussão centrada no espaço, para captar a dinâmica que engendram o espaço turístico. Essa está associada à análise centrada no sujeito (MVC), princípio fundamentado na percepção geográfica, que remete ao imaginário coletivo da paisagem, para estimar a disposição a pagar pela conservação do patrimônio ambiental dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

A Formação da Chapada Diamantina no Contexto do Estado da Bahia.

A abordagem, diacrônica e sincrônica centrada no espaço/território capta a dinâmica que engendra o espaço turístico e a forma de apropriação da paisagem da Chapada Diamantina – BA pelos sujeitos. Neste caso se compreende que os mesmos contemplam o poder no sentido concreto, de dominação, e também, o sentido simbólico, de apropriação.

A priori, Lefebvre (1986) se refere sempre a espaço, e não a território. No seu discurso, percebe-se que não se trata de um espaço no sentido genérico, e nem tampouco, um espaço natural, porém, de um espaço-processo, socialmente construído que se inicia pela apropriação da natureza e dominação, uma característica marcante da sociedade hegemônica do capital. Assim, corrobora as idéias desse autor, para abordagem diacrônica e sincrônica da formação da Chapada Diamantina no contexto do Estado da Bahia.

O conceito de territorialidade refere-se às relações de poder no sentido concreto, de dominação, e também, no sentido simbólico, de apropriação espacialmente delimitada. As instituições, as empresas e os mais diversos agentes sociais desenvolvem suas próprias táticas de apropriação do território, suas territorialidades, comumente

justapostas sobre o mesmo espaço social, em razão do que deflagram os conflitos. Enfim, o território não apenas associa-se ao poder do Estado, mas também, à cultura por meio dos membros da coletividade que também não deixam de exercer poder.

Sem dúvida, a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso⁵. Segundo Carlos, (1996, p. 20) “cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano”.

Em geral, a cidade abarca diversos tipos e níveis de produção revelando as instituições, as empresas e os mais diversos agentes sociais. Por conseguinte, cada forma produtiva necessita de um tipo de instrumento de trabalho, que tem uma localização específica e obedece à lógica da produção. Se os instrumentos de trabalho estão ligados à produção propriamente dita, também, o estão à circulação, distribuição e consumo.

Para entender o espaço turístico do Parque Nacional da Chapada Diamantina, apóia-se proposta metodológica presente na obra de Santos (1997a, p. 6 -7) que apresenta os elementos constitutivos do espaço formado pelos homens, às firmas, as instituições, meio ecológico e a infra-estrutura. De antemão, sabe-se que a dimensão da produção espacial resulta da ação dos homens agindo e reagindo sobre o próprio espaço intermediado pelos ativos, bens naturais e artificiais.

Nessa análise, os homens, enquanto seres individuais e sociais correspondem à população residente Lençóis, Palmeira, Andaraí, Mucugê e Ibicora, e a demanda turística nesses municípios localizados na região da Chapada Diamantina. Destacam-se ainda, os representantes das firmas no segmento turístico⁶ como também, as instituições⁷ que exercem a função de regular, proteger e salvaguardar a qualidade ambiental.

Para Santos (1997a), as instituições correspondem às normas, às ordens e às legitimações. No específico, para entender o espaço turístico destaca-se o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS da Chapada Diamantina que é referenciado nas diretrizes e prioridades do Governo do Estado da Bahia.

Nessa perspectiva de análise, destaca-se a idealização de projetos para a região

⁵ Para os estudiosos marxistas, o espaço não tem valor de troca, apenas valor de uso, uma utilidade.

⁶ comerciantes locais, serviços de hospedagem, alimentação, às agências e operadoras de viagens

⁷ IBAMA, Corpo de Bombeiros

da Chapada Diamantina. Eles foram sistematizados e priorizados sob a ótica das especificidades e níveis de carência de cada vetor estabelecido, agrupado em categorias estruturantes, produtivos e sociais, que definem objetivos diferenciados da aplicação de investimentos nessa região.

Os Projetos Estruturantes não garantem, de imediato, seus efeitos, mas orientam um novo estilo de desenvolvimento, estando dirigidos, basicamente, para a criação, ampliação ou consolidação das vantagens competitivas dinâmicas, tais como infra-estrutura (sistema de esgoto sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, pavimentação de ruas); infra-estrutura de transportes (rodoviário hidroviário e aeroviário); criação de estradas e comunicação; formação de recursos humanos; inovação e introdução tecnológica e gestão e educação ambiental.

Os Projetos Produtivos dão suporte ao desenvolvimento, estando voltados diretamente para as atividades econômicas geradoras de oferta de bens e serviços competitivos.⁸ Destacam-se ainda, os Projetos Sociais voltados para o atendimento da cidadania, especialmente na área de saúde saneamento, habitação e segurança pública.

Como elemento constitutivo do espaço, o meio ecológico para Santos (1997a, p. 6) compreende “o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano”. Nessa perspectiva, refere-se à valoração ambiental inerente à conservação e preservação de morros, rios, cachoeiras, cascatas, grutas, vegetação exótica, quedas d’água, cavernas, ruínas de antigos povoados, os recursos sócio-culturais referente à riqueza arquitetônica de estilo neoclássico e neo-Gótico das cidades históricas⁹, constantes nos municípios, que delimitam que delimitam Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Por fim, a infra-estrutura dos municípios da área de estudo, enquanto elemento do espaço refere-se ao trabalho humano materializado ao longo do tempo. Em específico, cita-se o saneamento básico dos serviços de água, esgoto, coleta de lixo, serviço de saúde, telecomunicação, transportes, rodovias e sistema de energia elétrica. A análise foi feita com base nos estudos realizados por Carvalho (2006), e revisados por Carvalho (2009). Esses dados foram necessários à leitura atual da paisagem, centrada nos elementos do espaço turístico do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

⁸na mineração; na agropecuária; na agroindústria e indústria; no comércio e no turismo.

⁹ Lençóis, Andaraí, Mucugê, Lençóis e Palmeiras

O saneamento básico dos municípios de Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Andaraí e Ibicoara é precário. Em quase todos se utiliza a fossa séptica. As localidades abrangidas por esse estudo não possuem esgotamento sanitário, fator crítico para a contaminação das águas superficiais. Lençóis possui uma pequena rede de esgotamento sanitário, restrita ao centro, que coleta o esgoto do sítio histórico e o despeja diretamente no rio Lençóis. Nos períodos de baixa vazão, o leito do rio transforma-se em um esgoto que corta a cidade.

Observa-se, também, que os rios e riachos da região transformam-se em lavanderias públicas. É comum o uso de produtos como saponáceos, detergentes e água sanitária. Nos municípios, o abastecimento de água fica sob a responsabilidade da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Porém, o tratamento dos reservatórios é insuficiente.

No que diz respeito à saúde, a situação na Chapada Diamantina é deficitária. Os postos de saúde, na grande maioria, são desprovidos de materiais, medicamentos e, necessitam de reforma nas instalações físicas para que funcionem a contento. Dessa forma, a deficiência nos serviços, como a falta de assistência médica aos visitantes, ameaça o turismo.

Uma das atividades de lazer é fazer trilhas em busca das belezas naturais que a região oferece. Entretanto, os percursos são rudimentares, acidentados e sem sinalização, o que aumenta o risco de acidentes, inclusive de ataques de animais.

De acordo com os moradores entrevistados, exceto os do município de Mucugê, 67,8% afirmaram que a coleta de lixo nas cidades é realizada pelas prefeituras, porém de forma insatisfatória e precária. Em Palmeiras, o Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP), composto de aproximadamente 12 componentes, realiza, voluntariamente, a coleta de lixo nas ruas da cidade, no Vale do Capão e nas trilhas. Além disso, o GAP orienta os moradores para que não joguem lixo nas ruas nem lavem roupa no rio que abastece a cidade, o Rio Preto.

Apesar da discreta melhoria na limpeza da cidade de Lençóis, persiste a indefinição quanto ao melhor destino e tratamento do lixo. Além disso, observou-se que é preciso organizar um sistema de limpeza e conservação das trilhas ecoturísticas.

O destino que se dá aos resíduos domésticos contribui para a deterioração das condições sanitárias da área. Verificou-se que, tanto em Lençóis, quanto nos demais

municípios, as pessoas costumam dispor o lixo doméstico no quintal, muitas vezes próximo às habitações. Outros enterram o lixo e, posteriormente, utilizam o aterro para o plantio de árvores frutíferas.

Outro grave problema é o depósito dos detritos ao longo das estradas, ato que se repete nas vilas, povoados e também nas sedes municipais. Há um lixão, por exemplo, nas margens da BA-850, km 7, fato que contribui para a degradação ambiental da área que dá acesso a Lençóis.

Dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a cidade de Mucugê é pioneira na reciclagem do lixo para uso como adubo agrícola, já que possui uma usina de compostagem. Essa forma de tratamento dos resíduos sólidos faz parte do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS).

O sistema de comunicação do Parque Nacional da Chapada Diamantina funciona precariamente. De acordo com os dados da Telemar Norte Leste, a densidade telefônica¹⁰ é muito baixa (varia entre 0,78 a 1,09 terminal para cada 100 habitantes) em todos os subespaços da região. Contudo, a empresa afirma que futuramente serão implementados projetos de expansão da rede.

De uma maneira geral, porém, deficitária, existem instalações fixas telefônicas em todos os municípios que delimitam a região do Parque Nacional da Chapada. Cabe destacar, porém, que só existem torres para captação e recepção de telefone celular, em alguns municípios, a exemplo, Lençóis.

Santos (1997b) chama a atenção para o importante fato de que os fluxos hegemônicos se instalam onde há uma maior densidade de objetos técnicos. Daí, porque São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte sediam a maior parte das redes de alta capacidade e longa distância, fazendo com que essa área seja bem servida dos serviços de telecomunicação, destacando-se sobremaneira do restante do País. O autor conclui que nem todos os lugares, nem pessoas fazem parte do espaço de fluxos, pois existe uma relação diferenciada do homem com espaço geográfico.

Um dos graves problemas do sistema de transportes da região é a falta de manutenção da malha viária dos municípios. A principal via de transporte rodoviário – a BR-242 – está com deficiente estado de conservação, além dos constantes acidentes e assaltos à mão armada, ao longo dessa rodovia.

¹⁰ A União Internacional de Telecomunicações considera razoável a média de 30 a 40 terminais para cada 100 habitantes

Os municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, por terem pequenas dimensões, não necessitam de transporte coletivo urbano. Assim, a população conta apenas com as linhas de transporte rodoviário intermunicipal, que funcionam de forma insuficiente e dificultam o acesso à região. No Município de Palmeiras há um aeroporto de porte médio que pode receber aviões de grande porte.

O acesso ao Parque Nacional da Chapada Diamantina dá-se por meio da BR-242 e o cartão-postal, isto é, a principal atração turística da região é a cidade de Lençóis. Mas, quem vai a Lençóis e deseja conhecer os outros municípios adjacentes deve regressar à BR-242, pois não se tem acesso direto daquela localidade para as outras. Essa condição de “beco rodoviário” da cidade de Lençóis constitui um obstáculo ao fluxo de turistas para as outras cidades, cujo acesso é independente, a partir da BR-242.

Nas localidades mais povoadas dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a energia é basicamente fornecida pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA).

Os investimentos destinados a implementação do Sistema de Esgotos e Saneamento, encontram-se, ainda, em fase de projetos, ratificando a atual situação de precariedade existente nos municípios de Andaraí, Ibicoara, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. Assim, gera-se a contaminação do solo e das águas superficiais por deposição de lixo a céu aberto e acúmulo desses em locais inadequados, em decorrência da precária coleta seletiva do lixo e destinação final em local planejado.

Espaço Concebido, Percebido e Vivido dos Municípios que delimitam a Chapada Diamantina

Com base em Lefebvre (1986), e conforme o que já foi discutido na seção anterior vincula-se as representações a serem aplicados no estudo do espaço da Chapada Diamantina, para discutir os espaços concebido, percebido e, vivido. Também, recorre-se a Harvey (2007) de quem extraímos subsídios para refletir sobre o produzido, representado e vivido. Além disso, as categorias - forma, função estrutura e processo-, de proposta metodológica para a análise espacial de Santos, são também utilizadas. A escolha deve-se ao fato de que as categorias de análise utilizadas procuram focar o espaço/território nas suas perspectivas sincrônicas, enquanto paisagem, e diacrônica como resultante de um processo.

Pelo que foi destacado, o processo, enquanto, categoria de análise para compreensão da produção do espaço, dá conta das ações e interações de todos os outros elementos. Ele contempla as categorias-forma, função e estrutura - num movimento diacrônico. Nesse cenário é inserido no conjunto, o tempo social diferente do tempo linear. Como propõe Santos, para os diversos agentes sociais, as temporalidades variam, porém, se dão de modo simultâneo.

Ainda, nessa perspectiva de análise, é reconhecido que o presente acumula formas espaciais do passado. Isso justifica, nesse artigo, fazer, inicialmente, um levantamento retrospectivo da Chapada Diamantina/Bahia - análise diacrônica - para entender as relações socioeconômicas vigentes, sincrônica, na delimitação espacial de estudo.

Há um consenso acadêmico que o Estado-Nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial européia do século XVI. Nesse momento histórico, a burguesia mercantil, aliada à monarquia portuguesa e espanhola, empreendia a busca do ouro, prata ou de produtos de alto valor comercial, para além-mar, nos mercados europeus que pudessem ser transacionados com muito lucro. A apropriação de novos lugares, com suas populações, riquezas e recursos naturais, era o móvel básico da Coroa Portuguesa. Enfim, a gênese do país imprime uma marca na sociedade idealizada pela colônia. Uma sociedade que se organizou para extração de recursos naturais de forma cíclica, nem sempre, interessada no espaço em si.

Segundo Lefebvre (1986), a dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, sendo que a segunda deveria prevalecer sobre a primeira. Porém, a dinâmica de acumulação capitalista faz com que a dominação sobreponha à apropriação, sufocando as possibilidades de uma efetiva reapropriação dos espaços dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria. Em termos retrospectivos, a intencionalidade dilapidadora liderou o processo de colonização. Esse configurado simultaneamente, num padrão extensivo e intensivo, quando analisado sob o ponto de vista da apropriação do espaço e como um meio de retirar a riqueza dos recursos naturais existentes no país.

Para Carvalho (2001), a evolução histórica da Chapada Diamantina é semelhante ao processo de todo interior da Bahia. A ocupação das terras se deu de maneira lenta, no século XVII, após a ocupação holandesa. Em 1655, os colonizadores partindo do Rio

São Francisco e do Rio Real, chegaram às cabeceiras do Rio Jacuípe e Itapicuru, ocupando-as com rebanhos de gado.

A mesma autora enfatiza que a fase do ouro teve início no século XVIII, com as descobertas auríferas nos rios Itapicuru, de Contas e Paramirim, estendendo-se pela margem esquerda do rio São Francisco, sendo elas responsáveis pela atração de intenso fluxo migratório da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. O declínio da produção aurífera e decadência do império açucareiro dão lugar à extração do diamante, o qual foi responsável pelo surgimento de uma nova leva de assentamentos humanos na região e pela extensão da lavra de diamantes de Mucugê para o sul, atingindo o Vale do Rio de Contas.

Nesse contexto, buscam-se as ponderações de Moraes:

As formas espaciais criadas pelos homens expressam muito das relações sociais vigentes na época em que foram produzidas. A este relacionamento contínuo e progressivo entre as sociedades e a superfície terrestre denomina-se processo de valorização do espaço. A noção de espaço é assim inseparável da idéia de sistemas de tempo. Pois, a cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições vigentes do correspondente sistema temporal, (MORAES, 1997, p.35).

Temos na análise feita por Moraes, implícito de que as riquezas naturais são transformadas em objetos de consumo. As formas construídas se agregam ao solo sobre o qual estão erguidas e valorizam os espaços. Dessa forma, os espaços passam a se diferenciar, concomitantemente, pelas condições naturais variáveis, e também, por características do trabalho humano. E, neste processo de criação humana, outros fatores interferem: a técnica, o processo, a cultura, e o social.

Nesse sentido, ainda cabem as definições de Santos, que melhor sintetizam a idéia de a evolução da sociedade e explica situações que se apresentam na atualidade:

(...) em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizados em formas. Para o tempo atual, os restos do passado constituem aquela espécie de escravidão das circunstâncias anteriores". (SANTOS, 1997a, p. 113).

A noção de espaço é assim inseparável da idéia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal. (SANTOS, 1997b, p. 22).

A retrospectiva histórica permite entender certas características e determinações

que compõem a particularidade da formação brasileira. No século XIX a política econômica da Coroa Portuguesa proibiu a comercialização do diamante, face ao baixo preço no mercado internacional, liberando nas primeiras décadas do século seguinte os trabalhos exploratórios, quando o preço reagiu no mercado.

De acordo com Carvalho (2001) essa estratégia econômica foi responsável pela dinamização das antigas vilas, como Barra da Estiva e Rio de Contas, e para o norte, foram criadas novas povoações, como Xique-Xique (Igatú), Andaraí, Palmeiras e Lençóis, até atingir Morro do Chapéu, definindo-se os primeiros contornos da região, que passou a ser conhecida como Chapada Diamantina. Durante meio século, estas cidades prosperaram e alimentaram sua população com as pedras preciosas encontradas no cascalho de seus rios. Nesse processo, as jazidas diamantíferas, por serem de aluvião¹¹, logo se esgotaram, resultando em grande declínio da região.

O garimpo deixou suas marcas na região da Chapada Diamantina. As marcas físicas materializam a forma de expressão do trabalho intenso dos garimpeiros nas serras e no leito dos rios, marcas urbanas em singulares conjuntos arquitetônicos e marcas humanas na memória e na vida presente. Isso imprime uma marca na sociedade da Chapada Diamantina organizada num modelo de territórios utilitários e funcionais (extração de recursos naturais específicos). Os efeitos do modelo extensivo e intensivo do processo de colonização desencadearam empobrecimento dos solos, desequilíbrio ecológico e uma perda inestimável da biodiversidade, como conseqüências dessa depredação movida pelo aguilhão do lucro da colônia portuguesa.

Com a decadência do ciclo da mineração, a antiga agricultura, que abastecia as “populações mineradoras,” passa, então, à subsistência, preservando, em algumas áreas, antigas técnicas de produção artesanal de derivados da cana-de-açúcar, como ocorre no Vale do Alto Rio de Contas.

Posteriormente, nos anos 1970, a construção das rodovias federais BR-116 e, principalmente, BR-242, promoveram mudanças regionais, que se irradiaram para fora da Chapada Diamantina, em função da conexão com a região Oeste e o Planalto Central do país, possibilitando o escoamento da produção de grãos dos cerrados e subsidiariamente ao desenvolvimento do turismo interno.

¹¹ Significa que não existe rocha matriz, portanto o que existe foi derramado pelos rios e é exaurível relativamente rápido.



Os investimentos rodoviários na Chapada desempenharam um papel importante na reorganização territorial da região. Tais investimentos criaram condições para a atração de atividades produtivas modernas, a exemplo, da cafeicultura empresarial, horticultura e fruticultura irrigada, mineração em escala industrial, como também a redinamização da atividade turística.

Para Santos (1997b), o conceito de espaço está intimamente ligado aos conceitos de modo de produção, formação econômico-social e formação sócio-espacial. Assim sendo, o espaço deve ser encarado como um fator resultante do movimento da sociedade. Associada ao resultado social representada pelas formas geográficas, a paisagem é materializada por objetos materiais e não-materiais.

Portanto, nas sociedades de mercado, a ação humana é caracterizada pela ação de atores que, ao se apropriarem e controlarem os recursos escassos, natural e socialmente produzidos, torna-se capazes de impor sua marca sobre o espaço.

A concepção de análise histórica retrospectiva possibilita entender as relações socioeconômicas vigentes, ocorridas na área de estudo, a partir da redinamização da atividade turística. Para tanto, a análise sincrônica apóia-se em Lefebvre (1986) para fundamentar a compreensão do espaço nas dimensões do concebido, percebido e vivido.

Contextualizando, o estudo realizado por Carvalho (2009) dá ênfase ao incômodo sentido pelos moradores, que residem na área de estudo, devido ao grande fluxo de turistas, no período considerado de alta estação e feriados. Porém, contraditoriamente, manifestaram o desejo de ver o turismo crescendo nesses municípios.

Em suas discussões, a autora destaca que a atividade turística na região da Chapada Diamantina absorve a mão-de-obra não especializada no setor da construção civil e nas obras de infra-estrutura, oferecendo a oportunidade de emprego temporário. Porém, ressalta a insatisfação da população local, no que se refere à pequena quantidade de mão-de-obra não especializada, absorvida nas atividades diretas e indiretas no ramo hoteleiro.

Ainda, Carvalho enfatiza a proliferação de inúmeras agências de viagens, hotéis e exploração de atividades comerciais, diretamente e indiretamente ligadas ao turismo por empresários. Na sua grande maioria, oriundos de grandes capitais, a exemplo de Salvador, São Paulo e também estrangeiros.

A partir dessas contradições somos capazes de entender a relação dos moradores locais, turistas, comerciantes, empresários do turismo (donos de hotéis/agências de turismo) e instituições (IBAMA), que fazem do espaço analisado, um complexo dinâmico de relações distintas, justapostas, interpostas e sobrepostas.

Reconhece-se que o uso e a apropriação dos espaços pelos indivíduos, representados por turistas, empresários do turismo, relacionados aos espaços públicos dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, têm uma lógica contrária à percepção e vivência.

Nesse contexto, a lógica contrária à percepção e vivência é favorável à materialização do espaço concebido. Apropriada à lógica da troca, de interesse da classe dominante¹², evidenciando as inter-relações e conflitos que ocorrem de forma processual no espaço urbano e rural. Dessa forma, entende-se que a apropriação do espaço pelos moradores locais dos municípios ocorre no plano da vida cotidiana — do vivido —, por isso, entra em conflito com os grupos que atuam no espaço como forma de reproduzir o capital — o concebido.

Configuram-se nas múltiplas dimensões da produção espacial, desses municípios, qualidades, atributos e valores dos diferentes agentes sociais¹³. Porém, essas dimensões inter-relacionadas interagem entre si, materializando a ação dos homens. Esses agiram no passado, agem no presente e agirão no futuro, metamorfoseando o espaço de Lençóis, Mucugê, Andaraí, Palmeiras e Ibicoara, intermediados pelos bens naturais e artificiais.

Em última análise, tais argumentos são lógicos, levando-nos a concordar com os princípios defendidos por Santos, quando assevera sobre os efeitos do poder na determinação do espaço. Poder que o leva a propor a ampliação da categoria formação econômica e social para formação sócio-espacial.

Uma Leitura da Paisagem Centrada no Sujeito: Método de Valoração Contingente (MVC)

Convém frisar, que a forma mais usual de entender o espaço geográfico se dá pelo território, pelo estudo do lugar, e não tanto, pela expressão fisionômica da

¹² comerciantes locais, empresários do turismo, e instituições (IBAMA)

¹³ moradores locais, turistas, empresários, comerciantes e instituições (IBAMA)

paisagem. Assim, desde que o observador é um sujeito, o conceito de paisagem é impregnado de conotações culturais e ideológicas.

Paisagem segundo Santos (1988, p. 61)

tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.

Cabe destacar, que as representações da paisagem variam de indivíduo para indivíduo, pois a sua interação com o mundo é afetada por diversos fatores. Primeiramente, por estar sujeita às particularidades das combinações de elementos físicos, biológicos e sociais do espaço, e também, por ser dependente das características fisiológicas e subjetivas individuais. As condições físicas dos órgãos sensoriais do sujeito estão relacionadas às disposições da personalidade, sendo profundamente alteradas, de acordo com a motivação, cansaço, lembranças, expectativas e valores individuais.

Embora a realidade das formas naturais e artificiais da paisagem, seja única, cada pessoa a vê de forma diferente. A definição de Santos, parte do pressuposto de que a visão de paisagem pode se expandir ou se alterar segundo o ângulo de visão do observador, quando localizado em lugares distintos: no chão, no alto de um edifício, sobrevoando de avião e assim por diante. Em meio às imprecisões, dá-se ao sistema cognitivo uma grande importância uma vez que um único fato poderá ser visto de várias maneiras por diferentes atores.

Assim posto, em particular, o olhar do turista é direcionado para os aspectos da paisagem que os separa da experiência de todos os dias, tendo em vista que, ao viajar, o mesmo busca a mudança de ambiente, o rompimento com o cotidiano, realização pessoal, além da concretização de expectativas, fantasias e aventura. Nessa perspectiva, quanto mais exótica ou distinta de sua paisagem habitual, a paisagem, mais atrativa será para o turista. Esse direcionamento implica numa sensibilidade própria de cada um dos sujeitos, voltada para determinados elementos visuais, característicos, do que para ele, é típico de um determinado lugar.

Contudo, a representação da paisagem característica do lugar visitado, encontra-se circunscrita, à expectativa do turista, e, também, a um processo de produção que nada

tem de autônomo ou inteiramente subjetivo, pois o seu olhar pode ser monitorado pelos interesses do empresário capitalista.

Face às ambigüidades de interesses contraditórios, buscam-se os dados necessários à leitura atual da paisagem, centrada nos sujeitos dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina:

Perfil modal do freqüentador.

Constatou-se, no trabalho empírico, o inexpressivo turismo de excursão, predominando o turismo em família ou com amigos. No que se refere à faixa etária, o turismo na Chapada Diamantina se caracteriza por ser de jovens, dado que 54% do total perguntado situaram-se na faixa de 18 a 35 anos.

Renda pessoal e renda familiar

No que se refere aos gastos diários per capita, eles são relativamente baixos, pois, 75% dos turistas entrevistados gastam em torno de R\$ 100,00 a R\$ 500,00, permanecendo no período médio de 8 a 11 dias.

No conjunto do fluxo de turistas nacionais e estrangeiros, 97% dos entrevistados responderam que o patrimônio histórico e os atrativos naturais - trilhas, cachoeiras, vegetação, grutas, rios, ruínas de antigos povoados foram o fator decisivo para visitar a Região da Chapada Diamantina.

Dentre as atividades que os turistas mais gostam de exercer ao ar livre, destacou-se em 97% a caminhada, em seguida o montanhismo. A atividade econômica da região está centrada na singularidade do local, cuja diversidade do patrimônio histórico, a exemplo, da figura 01 e dos recursos naturais que expressam à extensa beleza cênica do seu relevo, formado por um conjunto de vales, serras e vegetação, contando com a presença constante de cascatas e nascentes de inúmeros cursos de água.



Figura 01: Ruínas de Igatu-Andarai-Ba

Fonte: Trabalho de campo, 2009

Devido a estas características, os atrativos turísticos se encontram descentralizados por toda a região. O desenvolvimento turístico da região é profundamente dependente de articulação deste com o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com a manutenção paisagística da região, que é à base dos atrativos turísticos.

Sem dúvida a despeito de falarmos em uma “região” de estudo, o foco volta-se para o espaço e o lugar. Segundo Carlos (1996) o lugar representa a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade, habitante - identidade - lugar. Dessa forma, as cidades de pequeno porte, que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, produzem-se e revelam-se no plano local da vida e do indivíduo.

As relações cotidianas que os moradores locais mantêm com os espaços habitados se revelam todos os dias nos modos de usos nas condições banais, secundário, e no acidental. Diferente dos turistas, associados aos sujeitos¹⁴ que efetivamente exercem poder, que de fato controlam os espaços da Chapada Diamantina. A partir dessa realidade, conclui-se que todo território expressa simultaneamente diferentes combinações, funcional e simbólico, pois os sujeitos exercem domínio sobre o espaço, tanto para realizar funções, quanto para produzir significados.

Nessa perspectiva de análise, é questionado como os moradores locais da

¹⁴ comerciantes locais, empresários do turismo (donos de hotéis e agências de turismo) e instituições (IBAMA)

Chapada Diamantina percebem e valorizam os atrativos turísticos locais. Na opinião de Carlos (1996 p. 17-18)

é através de seu corpo de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo”. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é..... a pequena vila ou cidade — vivida, conhecida e reconhecida em todos os cantos. A tríade cidadão-identidade-lugar aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é por meio dele que o homem habita e se apropria do espaço pelos modos de uso.

Para melhor compreender a peculiaridade do valor ambiental, foram aplicados formulários aos diversos agentes sociais locais e turistas, encontrados nos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, de acordo com a metodologia da valoração de contingência, tendo em vista que esse método pode ser aplicado nos mais variados contextos da política de proteção ambiental.

A determinação deste valor foi feito a partir das preferências dos consumidores e não aquelas das observações de mercado. Essa técnica de valoração de contingente foi aplicada de modo interativo, pois, foi submetida a valores pontuados de 0 a 5 a questão, até que fosse identificada a sua disposição de pagar - DAP pela conservação do meio ambiente.

Para tanto, procurou-se dar ênfase ao valor que as pessoas imputam a beleza cênica das paisagens, ao estado de conservação do atrativo turístico, as reservas florestais, os mananciais de águas existentes, associadas às preferências de atividades que os turistas gostam de exercer ao ar livre, aos aspectos importantes na escolha para a recreação, que definem o fluxo de turistas na região. Assim, buscou-se a opinião dos agentes sociais¹⁵, acerca do instrumento utilizado para conservação dos atrativos turísticos, fazendo-se a seguinte abordagem:

- Os atrativos turísticos, situados nos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, como as Cachoeiras, grutas, rios e trilhas, encontram-se hoje modificados ou alterados pela degradação ambiental do turismo, apesar disso, continuam a sofrer uma forte pressão dessa atividade. Você concorda que deveria ser pago um valor mensal a uma associação de proteção ambiental, para conservação do meio ambiente e uso controlado desses atrativos turísticos?

¹⁵ moradores, comerciantes, empresários de turismo, empresários donos de hotéis, representantes do IBAMA, secretários de turismo e turistas

- Caso positivo, quanto estaria disposto a pagar?

Dos 123 agentes sociais entrevistados, 92 responderam que sim e 31 desses disseram que não pagariam taxas. Os resultados dos dados demonstram implicitamente o comportamento dos diversos agentes sociais locais dos diversos municípios, no tocante, ao grau de afetividade e ao significado relativo, isso os leva a agir e a reagir sobre o meio circundante, influenciados em parte pelo modo de elaborar e refletir sobre os resultados de suas experiências com o mundo, ou melhor, com seu lugar.

Para conservação do meio ambiente e uso controlado desses atrativos turísticos, 87% dos agentes sociais estão dispostos a pagar um valor abaixo de R\$ 100,00/ por ano; dessa forma, ratificando o princípio de que, em geral, estimam apenas valores mínimos para os bens em avaliação, mesmo porque a qualidade ambiental atual tende a ser tida como de direito. Por isso, as pessoas não consideram justo pagar o valor expressivo para assegurá-la. Ainda, atribui-se o problema em razão da responsabilidade individual do entrevistado frente à questão e a possibilidade de aproveitamento coletivo advindo da conservação ambiental.

Nos resultados empíricos a não concordância pelo pagamento de taxas, é justificada pelo motivo de que os cidadãos brasileiros já pagam muito impostos. Inclusive, 25,20% dos entrevistados responderam que o IBAMA, responsável pela administração do Parque, é que deveria ter a capacidade de conservar, preservar e permitir o uso controlado dos atrativos turísticos.

Considerações Finais

Do ponto de vista metodológico, os conceitos e métodos disponíveis que fundamentam a valoração econômica do meio ambiente demonstram ser úteis, mas ainda, sujeitos a limitações. Os trabalhos de pesquisa que estão sendo realizados no mundo, inclusive no Brasil, trarão significativos avanços nos próximos anos.

Os diversos organismos governamentais consideram o MVC¹⁶ como subsídio para as decisões e fundamentações das políticas públicas ambientais. Tem sido utilizado para obter a estimativa de benefícios econômicos e a viabilidade de projetos desenvolvidos para atender as normas institucionais dos agentes financeiros

¹⁶ Método de Valoração de Contingência

internacionais, a exemplo do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

O momento histórico valoriza diferentemente os objetos (patrimônio histórico e ambiental) dos municípios que delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, pois, os valores totais dos bens se modificam, a cada momento. Tal distribuição na alteração de valores não é aleatória. Nesse sentido, o declínio da produção aurífera e a decadência do império açucareiro e pecuária dão lugar à extração do diamante, revelando as determinações pelas quais a realidade total vai mudando para se encaixar nas formas preexistentes ou criadas da região.

Quando aplicado o método de valoração econômica, fica configurada as múltiplas dimensões da produção espacial dos municípios, intencionalidades e atributos diferentes, porém, nessas dimensões inter-relacionadas, materializam-se a ação dos agentes sociais, que agem e reagem sobre o espaço intermediado pelos ativos (bens) naturais e artificiais. As fronteiras entre as dimensões espaciais são tênues na relação dos moradores locais com a cidade. Nessas inter-relações resultam conflitos, que ocorrem de forma processual no espaço urbano e rural.

Por fim, os estudos que envolvem os métodos de valoração ambiental a partir da valoração da paisagem se tornam cada vez mais importante, pois, podem fornecer informações que demonstram ou não a necessidade de conservar/preservar determinadas áreas ambientais; apresentar soluções práticas aos problemas de ocupação de territórios, realizar e implementar planejamento para ocupação de áreas que causem menos impacto ao ambiente natural.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de. APORTES TEÓRICOS E OS PERCALÇOS EPISTEMOLÓGICOS DA GEOGRAFIA CULTURAL. In: **Revista GEONORDESTE**. São Cristóvão: Edição Especial, Ano XIX –, No. 1, 2008, p. 33-54.

_____. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. In: **Revista da ANPEGE**, No. 2, 2005, p. 103-114.

BERQUE, A. **Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle**. *L'Espace Géographique*. 1984, p. 33-34.

_____. "Paisagem-marca, Paisagem-matriz: Elementos da problemática para uma

geografia cultural”. In: CORRÊA, Roberto L; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 84-123.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Editora Hucitec 1996.

_____. Morfologia e Temporalidade Urbana: O Tempo efêmero e o espaço amnésico. In: VASCONCELOS, P. de A; SILVA, B.M elo. (Org). **Novos estudos de Geografia Urbana Brasileira**. Salvador, UFBA, 1999.

CARVALHO, Delza Rodrigues de. O Parque Nacional da Chapada Diamantina: O Valor Econômico da Paisagem Centrada no Sujeito e no Espaço. In: **XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**. Ambiente e Sociedade: dilemas, tensões e incertezas. ST4. 7 Unidades de Conservação, Bacias Hidrográficas e Assentamentos Humanos. Anais. Florianópolis, Santa Catarina, UFSC, de 25 a 29 de maio de 2009. CD-ROM.

_____. Projetos ambientais sustentáveis do Parque Nacional da Chapada Diamantina. In: **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas (NEPAAD)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, no. 4, p. 159-175. 2006.

_____. **Estudos de Custos e Benefícios em Projetos Ambientais Sustentáveis nos Municípios que Delimitam o Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências/UFBA, 2001.

DUBEUX, Carolina Burle Schmidt. A Valoração Econômica como Instrumento de Gestão Ambiental - O Caso da Despoluição da Baía de Guanabara. In: **PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS Nº 20 - DEZ DE 1999**. P. 47-87. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2>. Acesso em: 07 Julho 2008.

GOMES, Gustavo Maia; SOUZA, Hermino Ramos de; MAGALHÃES, Antonio Rocha. **Desenvolvimento sustentável no nordeste**. Brasília: IPEA, 1995.

FERREIRA, S. F. **Valor de uso recreativo do Parque Nacional do Iguaçu - PR: modelo de avaliação contingente**. Rio de Janeiro: IPEA. Versão preliminar. (2000).

HANLEY, Nick e Clive L. SPASH. **Cost-Benefit Analysis and the Environment**. Hants, Inglaterra: Edward Elgar, 1993, 278 p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo. Edições Loyola, 2007, 349 p.
LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris : Anthropos. , 1986.

MAY, P. H. & VEIGA NETO, F. C. & POZO, O. V. **Valoração econômica da biodiversidade: estudos de caso no Brasil**. Brasília: MMA, 193p, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e Ciências humanas**. 2 ed. - São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Crítica. A Valorização do Espaço**. 3 ed São Paulo: Hucitec, 1984.

MOTA, J. A. **Valoração de ativos ambientais como subsídio à decisão pública**. Brasília: Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2000.

OLIVEIRA FILHA, M. T. A.. **Valoração econômica das praias de Niterói situadas na Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Ciências em Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

PEARCE, D. e Warford, J.J. **World Without End**, 1a. Edição, Nova York, Oxford University Press, 1993, p. 106.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SANTANA, R. F.. **Valor de existência, uma ferramenta para a gestão de políticas públicas: o caso do Parque Nacional do Jaú**. Brasília: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1997a.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo: Razão e Emoção**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.

SAUER, C... **The morphology of landscape**. In: Leighly (ed.). *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley, University of Califórnia Press, (1983) p. 315-350.

TAFNER, Paulo; LOBÃO, Waldyr J. A.; CARVALHO, Márcia Marques; BORGER, Fernanda Gabriela. Disposição a Pagar em Projetos de Restauração do Patrimônio Histórico-Cultural no Brasil. **In: Pesquisa e planejamento Econômico-PPE**, V.33, no. 3, Dez. 2003. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/81/56>. Acesso em: 16 de Junho 2008.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar. **A perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

Recebido para publicação em julho de 2009

Aprovado para publicação em dezembro de 2009